

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Franca

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 Em Reais

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A **ENTIDADE** é uma **ASSOCIAÇÃO** sem fins lucrativos e econômicos, de caráter beneficente de assistência social, com atividade nas áreas de Assistência Social, educação e saúde, conforme o artigo 2º do Estatuto Social, com Título de Utilidade Pública Federal, conforme Decreto n.º 95.244 de 16.11.87, Título de Utilidade Pública Estadual, conforme Lei n.º 2.403 de 08.08.80, Título de Utilidade Pública Municipal, conforme Lei n.º 1.985 de 30.06.71, Registrado no Conselho Municipal de Assistência Social sob nº 016/2012, Registrado no Conselho Municipal da Criança e do Adolescente sob nº 27/1992, com Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social renovado, com validade assegurada de 01/01/2015 a 31/12/2017 no Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, conforme processo de renovação nº 71000.139178/2014-00, protocolado tempestivamente. Tem como finalidade estatutária, em consonância com artigo 9º do Estatuto Social:

I – promover a melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla, e transtornos globais do desenvolvimento, em seus ciclos de vida: crianças, adolescentes, adultos e idosos, buscando assegurar-lhes o pleno exercício da cidadania;

II – prestar serviço de habilitação e reabilitação ao público definido no inciso I deste artigo, e a promoção de sua integração à vida comunitária no ampo da assistência social, realizando atendimento, assessoramento, defesa e garantia de direitos, de forma isolada ou cumulativa às pessoas com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla, e para suas famílias;

III – prestar serviços de educação especial às pessoas com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla;

IV – oferecer serviços na área da saúde, desde a prevenção, visando assegurar uma melhor qualidade de vida para as pessoas com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira e levam em consideração a Norma Brasileira de Contabilidade – ITG 2002 específica para Entidades sem Finalidades de Lucros e a NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade para preparação de suas demonstrações financeiras.

A Entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico.

O registro contábil contém o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos.

As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, serão transcritas no “Diário” da Entidade, e posteriormente registrado no Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas.

A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiam ou compõem a escrituração contábil.

A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos “usos e costumes”. A entidade mantém em boa ordem a documentação contábil.

A Entidade desenvolve as atividades nas seguintes áreas de atuação: Saúde, Educação e Assistência Social e mantém sua escrituração contábil segregada por área de atuação (Saúde, Educação e Assistência Social).

RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As Demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Entidade.

b) Apuração de receitas e despesas do exercício

As receitas e despesas são registradas considerando o regime de competência de exercícios, e são apuradas através dos comprovantes de recebimento, entre eles, Avisos Bancários, Recibos e outros. As despesas da entidade são apuradas através de Notas Fiscais e Recibos em conformidade com as exigências fisco legais.

c) Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas e premissas que incluem a provisão para contingências e provisão para créditos de liquidação duvidosa. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A entidade revisa as estimativas e premissas, pelo menos, anualmente.

d) Instrumento financeiro

Instrumentos financeiros não derivativos incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis, contas a pagar e outros passivos circulantes e não circulantes.

e) Ativos circulantes e não circulantes

Caixa e equivalentes de caixa

Os valores registrados em disponibilidades referem-se a saldos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediatas com baixo risco de variação no valor de mercado, e consideradas como equivalentes de caixa.

Aplicações financeiras

São registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Convênios a receber

Os valores das contas a receber são contabilizados considerando o regime de competência de suas operações.

Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição, com as respectivas depreciações registradas pelo método linear, de acordo com as taxas mencionadas na nota explicativa n.º 05.

Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis compreendem os adquiridos por terceiros que são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização.

Redução ao valor recuperável

O ativo imobilizado e o intangível têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. A Entidade não identificou qualquer evidência que justifica a necessidade de provisão em 31 de dezembro de 2015.

f) Passivos circulantes e não circulantes

São demonstradas pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

Provisões

As provisões são reconhecidas, quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

g) Gratuidades

Estão demonstradas conforme legislação vigente Lei n.º 12.101/09 e alterações e o decreto n.º 8.242/14.

h) Doações

As doações recebidas são reconhecidas como receita quando recebidas. Demais despesas e receitas são apuradas pelo regime de competência

i) Aplicação de recursos

Os recursos da entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais, de conformidade com seu Estatuto Social, demonstrados pelas suas Despesas e Investimentos Patrimoniais.

3. APLICAÇÕES FINANCEIRAS COM RESTRIÇÃO

	2015	2014
Caixa Econômica Federal C/Poup.33734	1.492.725	1.381.768
Caixa Econômica Federal C/Poup.3835-8	289.748	-
Banco do Brasil C/Inv.11632-7	-	28.938
Banco do Brasil C/Poup.1279-3	-	20.000
Total	<u>1.782.473</u>	<u>1.430.706</u>

4. SUBVENÇÕES GOVERNAMENTAIS A RECEBER

	2015	2014
Contrato Saúde – SUS Federal	72.000	108.241
Convênio FNAS-SUAS	21.285	38.520
Convênio SINCOV 8110631	-	285.000
Convênio FEAS	447	447
Total	<u>93.732</u>	<u>432.208</u>

5. MOVIMENTAÇÃO DO IMOBILIZADO

<u>Descrição</u>	<u>Taxa</u> <u>anual</u> %	<u>Saldo</u> <u>31.12.2014</u> R\$	<u>Adições</u> R\$	<u>Baixas</u> R\$	<u>Transf.</u> R\$	<u>Saldo</u> <u>31.12.2015</u> R\$
<u>Custo</u>						
Terrenos	-	-	-	-	-	-
Edificações	4	2.509.412	262.716	-	-	2.772.128
Máquinas, equip. e instalações	10	165.046	38.395	(15.235)	-	188.206
Móveis e utensílios	10	443.596	69.538	(56.243)	-	456.891
Veículos	20	235.899	246.334	(115.019)	-	367.214
Computadores e periféricos		187.690	78.301	(69.461)	-	196.530
Outros		148.012	8.004	(4.807)	-	151.209
Construção em andamento		302.282	174.250	(8.582)	(261.796)	206.154
Total		3.991.937	877.538	(269.347)	(261.796)	4.338.332
<u>Depreciação Acumulada</u>						
Edificações		(311.416)	(102.148)	20.165	-	(393.399)
Máquinas, equip. e instalações		(57.071)	(20.332)	3.885	-	(73.518)
Móveis e utensílios		(220.020)	(73.537)	37.247	-	(256.310)
Veículos		(83.252)	(106.564)	52.955	-	(136.861)
Computadores e periféricos		(110.206)	(64.407)	36.500	-	(138.113)
Outros		(69.080)	(16.765)	1.474	-	(84.371)
Total		(851.045)	(383.753)	152.226	-	(1.082.572)
TOTAL		3.140.892	493.785	(117.121)	(261.796)	3.255.760

6. SUBVENÇÕES GOVERNAMENTAIS A REALIZAR

	2015	2014
Convênio 758054 - Saúde	1.492.725	1.381.768
Convênio SUS/SP -2493/2013	-	28.940
Convênio SINCOV 8110631	289.748	285.000
Subvenção Social/Auxílio Centro Dia	64.010	-
Subvenção Social/Auxílio Serv. Domicílio	51.134	-
Outros	-	20.447
Total	1.897.617	1.716.155

7. DOAÇÕES RECEBIDAS PARA INVESTIMENTO

	2015	2014
Doações recebidas para investimento (não Circulante)	158.837	132.940
Total	158.837	132.940

8. CONTINGÊNCIAS A PAGAR

A Entidade responde por processos judiciais que envolvem responsabilidades contingenciais classificados como perda remota.

9. SUBVENÇÕES ESPECÍFICAS E CONVÊNIOS.

Durante os exercícios de 2015 e de 2014, a entidade recebeu subsídios através de subvenções e convênios firmados com órgãos federais, estaduais, municipais e particulares, cujos valores contabilizados em receitas, representam:

	2015	2014
Saúde	2.920.826	2.046.416
Educação	3.189.889	2.582.551
Assistência Social	1.538.245	1.515.529
Total	<u>7.648.960</u>	<u>6.144.496</u>

10. APLICAÇÃO DE SUBVENÇÕES E CONVÊNIOS ESPECÍFICOS

Em atendimento a ITG 2002 a Entidade está demonstrando a aplicação dos Recursos e as responsabilidades decorrentes de tais recursos, conforme abaixo:

Exercício	Concedente	Atividade	No. Convênio	Vlr. Recebido	Vlr. Realizado
				c/ rendimento	
				R\$	R\$
2015	Governo Estadual	Assistência	Subvenção Lei n.º 8.070/2014	5.909	6.654
2015	Governo Federal	Assistência	F.A.S. União 0022/13	256.792	259.320
2015	Governo Municipal	Assistência	Recurso CMDCA - Lei n.º 8.248 de 07/04/2015	26.100	26.924
2015	Governo Municipal	Assistência	FEAC – Convênio 01/2015	25.016	25.116
2015	Governo Municipal	Assistência	Subvenção – Lei n.º 8.209/14 – Unidade Referenciada	663.532	665.527
2015	Governo Municipal	Assistência	Subvenção – Lei n.º 8.209/14 – Centro Dia	247.745	249.334
2015	Governo Municipal	Assistência	Subvenção – Lei n.º 8.209/14 – Serviço Domicilio	235.925	230.986
2015	Governo Municipal	Assistência	Subvenção Social de Rifaina Lei n.º 1.687/14	36.149	41.562
2015	Governo Estadual	Educação	Processo n.º 1588/0048/2014	412.840	416.698

Exercício	Concedente	Atividade	No. Convênio	Vlr. Recebido c/ rendimento	Vlr. Realizado
2015	Governo Estadual	Educação	Processo n.º 1589/0048/2014	947.344	951.564
2015	Governo Municipal	Educação	Convênio 01/2015	2.758	2.985
2015	Governo Estadual	Saúde	Convênio n.º 372/2014	20.536	22.649
2015	Governo Estadual	Saúde	Processo 2493/2013	30.170	30.170
2015	Governo Federal	Saúde	Fundo SUS – Convênio 0010/11	798.601	802.485
2015	Governo Municipal	Saúde	Subvenção n.º 8.226/15 CER	1.828.927	1.838.404
TOTAL				5.538.344	5.570.378

11. COMPOSIÇÃO DAS GRATUIDADES

Para atender os requisitos da legislação vigente lei n.º 12.101/09 e alterações e o decreto n.º 8.242/14 a Entidade efetuou os seguintes procedimentos em gratuidades:

Exercício de 2015 - Valores demonstrados em Reais – R\$

<u>Descrição</u>	<u>Gratuidades Realizado</u>	<u>Receitas Públicas</u>	<u>Quantidade Média de atendidos</u>
Educação	4.013.439	3.189.889	565
Saúde	3.942.092	2.920.826	897
Assistência Social	2.950.360	1.538.245	936
Total	10.905.891	7.648.960	2.398

A Entidade recebe recursos das esferas Municipais, Estadual e Federal, conseqüentemente as gratuidades concedidas são de 100% e o excedente das despesas é coberto por “Receita Própria”.

A Entidade possui convênio com o SUS e o atendimento é de 100% gratuitos, pois não são atendidos procedimentos através “convênios privados e particulares”.

12. RESULTADO DAS AÇÕES ASSISTENCIAIS/SAÚDE/EDUCAÇÃO (INDICADORES)

A Entidade em atendimento a Lei No. 12.101/09, Decreto n.º 8.242/14 e Resolução CNAS n.º. 14/14, na realização de suas atividades de assistência social (fins), demonstra no quadro abaixo os dados quantitativos das ações sociais:

SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E SUAS FAMILIAS.

Principais Atividades	Numero de Atendimentos		Numero de Pessoas Atendidas*	
	2015	2014	2015	2014
a) Serviços ofertados Unidade Referenciada				
Apoio e orientação sociofamiliar:	19.478	20.899	866	934
Promoção da autonomia e independência dos usuários:	4772	387	405	250
Educação alimentar e nutrição	124.000	120.000	620	600
Inserção e apoio ao mercado de trabalho:	768	772	48	45
Oficina das Famílias	4.000	318	40	75
Atividades de Convivência e fortalecimento de vínculos - grupo psicossocial	43	37	441	247
Ações socioassistenciais – Atividades esportivas, culturais de lazer e de convivência.	9.200	88	92	90
Grupo de Convivência	14.880	288	62	47
b) Serviço ofertados no domicilio do usuário	4.426	-	40	-
c) Serviço ofertado em Centro dia	7.200	-	30	-
TOTAIS	188.767	142.789	2.644	2.288

* Destacamos que os usuários da unidade referenciada participaram de uma ou mais atividades.

12.1 DEFESA E GARANTIA DE DIREITOS:

Os serviços foram ofertados na perspectiva da defesa e efetivação dos direitos socioassistenciais e sociais, atuou no enfrentamento as desigualdades sociais, articulou com órgãos públicos de defesa de direitos, visando a efetivação dos direitos assegurados na legislação, porém ainda não efetivados na vida das pessoas com deficiência.

As pessoas com deficiência estão mais vulneráveis a violação de direitos, e foi identificado situações que demandaram acompanhamento sistemático junto as famílias e encaminhamentos para Ministério Público, Defensoria Pública, Conselho Tutelar, entre outros.

Visando a representação e garantia de direitos da pessoa com deficiência a entidade manteve representantes em conselhos, fóruns, conferências, seminários, entre outros.

12.2 ATENDIMENTOS- GRATUIDADES CONCEDIDAS (SAÚDE)

Os serviços de atenção à saúde foram realizados no Centro Especializado em Reabilitação, com foco na habilitação e reabilitação neuro sensorial e motora da pessoa com deficiência intelectual, múltipla e física. O atendimento conta com equipe multiprofissional que trabalha de forma individual e/ou grupal. Estes atendimentos têm por objetivo contribuir na ampliação das potencialidades, independência, manutenção da qualidade de vida e inclusão dos atendidos, além de prevenir alterações secundárias. Foi realizado atendimento de estimulação precoce, atendimento ambulatorial especializado, atendimento no domicílio e exames audiológicos.

12.3 DO NÚMERO DE PESSOAS ATENDIDAS

No decorrer do ano foram atendidos em média 897 usuários/mês, no Centro Especializado em Reabilitação e nos serviços adicionais ofertados, como atendimento odontológico, hidroterapia, hipoterapia, fisioterapia respiratória, atendimento domiciliar, entre outros, destinados à pessoa com deficiência intelectual, múltipla e física.

12.4 QUANTITATIVO DOS ATENDIMENTOS

Os serviços de atenção a saúde foram realizados por médicos, dentistas, fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos, nutricionista, psicólogos e assistentes sociais, enfermeiros, entre outros. Em 2015 foram realizados 78.930 procedimentos/atendimentos de média e alta complexidade às pessoas com deficiência intelectual, múltipla e física, usuários do SUS – Sistema Único de Saúde.

12.5 DA CONCESSÃO DOS RECURSOS EM ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Conforme determinação do artigo 4o. da Lei No. 12.101/09, artigo 19 do Decreto n.º 8.242/14, e artigo 7o. da Portaria do MS No Nº 1.970, DE 16 DE AGOSTO DE 2011 a Entidade cumpriu as metas estabelecidas no Convênio de Prestação de Serviços de Assistência a Saúde.

12.6 ATENDIMENTOS- GRATUIDADES CONCEDIDAS (EDUCAÇÃO)

A proposta do trabalho escolar em 2015 teve como referência os Planos de Ensino, organizados em consonância com os conteúdos propostos pela SE/CENP, PCN (Parâmetros Curriculares Nacionais), RCN (Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil), LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional). Um trabalho realizado com o modelo teórico do sistema funcional e multidimensional do AAIDD, envolvendo as cinco grandes dimensões: 1- habilidades intelectuais, 2 – comportamento adaptativo, 3 – participação, interações e papéis sociais, 4 – saúde e 5 – Contexto.

Buscou-se também um envolvimento efetivo das famílias, através da parceria com a área da Assistência Social e a realização de reuniões periódicas de professores, equipe multidisciplinar e coordenação com os pais e responsáveis sobre o desenvolvimento do aluno.

Foram desenvolvidas ações para a promoção da Inclusão Escolar de alunos na Rede Regular, através de Projetos Pedagógicos, materiais diversificados e parceria com as áreas da Assistência Social e Saúde.

Além dos conteúdos da proposta pedagógica, foram realizados projetos com temas atuais, complementando o conteúdo desenvolvido dentro de sala de aula.

12.6.1 DOS PROGRAMAS ATENDIDOS

12.6.1.1 EDUCAÇÃO INFANTIL

A Educação Infantil desenvolveu seu trabalho com a oferta de Educação Pré-Escolar, de 4 à 5 anos e 11 meses. A Educação infantil é a primeira etapa da Educação Básica. Ela estabelece as bases da personalidade humana, da inteligência, da vida emocional, da socialização. Foi trabalhado o desenvolvimento integral da criança, com uma proposta de ensino para este nível de escolaridade, baseada no desenvolvimento da criança dentro dos diferentes contextos: social, ambiental, cultural e das interações e práticas sociais.

O programa de educação infantil encerrou o ano com 53 alunos regularmente matriculados.

12.6.1.2 ENSINO FUNDAMENTAL

As etapas de escolarização na modalidade de Ensino Fundamental se organizaram da seguinte forma:

- **FASE I:** Escolarização inicial, para alunos de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e 11 (onze) meses.
- **FASE II:** Programa socioeducacional, para alunos de 15 (quinze) a 30 (trinta) anos e Educação Especial para o Trabalho.

A educação para o trabalho teve por finalidade preparar o adolescente para o mundo do trabalho, visando proporcionar oportunidades para a aquisição de conhecimentos, informações e habilidade básicas inerente ao mundo do trabalho.

O trabalho junto aos alunos com autismo foi realizado em um núcleo especializado, considerando a singularidade dos mesmos. Foi proporcionada a aprendizagem dos conteúdos e conceitos básicos condizentes com sua faixa etária, aprimorando seus conhecimentos pré-adquiridos para maior independência e autonomia nas atividades de vida diária.

O Ensino Fundamental encerrou o ano letivo 512 alunos, regularmente matriculados no período da manhã e no período da tarde.

12.6.1.3 DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO DO MÍNIMO DE BOLSAS INTEGRAIS

Todas as matrículas realizadas na Escola de Educação Especial “João Maria Vianney”, mantida pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Franca, são ofertadas gratuitamente à pessoa com deficiência intelectual.

EXERCÍCIO DE 2015

Educação Básica	Quantidade
Alunos matriculados	565
Alunos pagantes *	-
Alunos com bolsas integrais	565

*A APAE de Franca não possui receitas com mensalidades.

13. ISENÇÃO USUFRUÍDA

Em atendimento a legislação vigente valores relativos às isenções previdenciárias e isenções sócias (COFINS) gozadas durante os exercícios de 2015 e de 2014, correspondem aos montantes de R\$ 1.644.954 e de R\$ 1.375.625, respectivamente.

14. RENÚNCIA FISCAL

Em atendimento a ITG 2002 a Entidade demonstrando o valor da renúncia fiscal com sua atividade como se a obrigação devida fosse é decorrente da Isenção Usufruída de INSS.

15. INSTRUMENTOS DERIVATIVOS

Os instrumentos financeiros estão apresentados no balanço patrimonial pelos valores de custo, acrescidos das receitas auferidas e despesas incorridas, os quais se aproximam dos valores de mercado. A Administração dessas operações é efetuada mediante definição de estratégias de operação e estabelecimento de sistemas de controles.

A Entidade não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente e, tampouco, possui em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

16. COBERTURA DE SEGUROS

A entidade mantém cobertura de seguros em montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades.

17. CARACTERÍSTICAS DA IMUNIDADE

A Entidade é uma instituição social sem fins lucrativos e econômicos, previsto no artigo 9º da CTN, e por isso imune, no qual usufrui das seguintes características:

- a instituição é regida pela Constituição Federal;
- a imunidade não pode ser revogada, nem mesmo por emenda constitucional;
- não há o fato gerador (nascimento da obrigação tributária);
- não há o direito (Governo) de instituir, nem cobrar tributo;

18. REQUISITOS PARA IMUNIDADE TRIBUTÁRIA

A única Lei Complementar que traz requisitos para o gozo da imunidade tributária é o Código Tributário Nacional (CTN).

O artigo 14 do Código Tributário Nacional estabelece os requisitos para o gozo da imunidade tributária, esses estão previstos no Estatuto Social da Entidade e seu cumprimento (operacionalização) pode ser comprovado pela sua escrituração contábil (Demonstrações Contábeis, Diário e Razão), no qual transcrevemos;

- a) Não distribuem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título.
- b) Aplicam integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais (art. 55, § único, do Estatuto Social).
- c) Mantem a escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

19. REQUISITOS PARA MANUTENÇÃO DA ISENÇÃO TRIBUTÁRIA.

Para usufruir da isenção tributária, cumpre os seguintes requisitos:
Estatutários

- não percebe a seus direitos, conselheiros, sócios, instituidores ou beneficiários, remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos.
- aplicar suas rendas, seus recursos e eventual superávit integralmente no território nacional, na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais.
- não distribua resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto.
- atende o princípio da universidade do atendimento, onde não direciona suas atividades exclusivamente para seus associados (as);
- tem previsão nos seus atos constitutivos, em caso de dissolução ou extinção, a destinação do eventual patrimônio remanescente a entidades sem fins lucrativos congêneres ou a entidade públicas consta em seu estatuto social a natureza, objetivos e público alvo.

20. OPERACIONAIS CONTÁBEIS

- possui certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrativos pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;
- mantém sua escrituração contábil regular que registre as receitas e despesas, bem como a aplicação em gratuidades de forma segregada, em consonância com as normas emanadas do Conselho Federal de Contabilidade;
- conserva em boa ordem, pelo prazo de 10 (dez) anos, contado da data da emissão, dos documentos que comprovem a origem e a aplicação de seus recursos e os relativos a atos ou operações realizadas que impliquem modificação da situação patrimonial;
- compre as obrigações acessórias estabelecidas na legislação tributárias;
- elabora as demonstrações contábeis e financeiras devidamente auditadas por auditor independente legalmente habilitado nos Conselhos Regionais de Contabilidade;